

Representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e Moçambique

**Franz-Wilhelm Heimer
Elisete Marques da Silva
Gabriel Mithá Ribeiro**

1

Uma análise abrangente da política tal como ela é vivida pela sociedade - dos espaços constituídos nesta esfera pelos actores sociais, e dos processos que neles se desenrolam - não pode limitar-se ao exame das práticas/comportamentos, mas tem forçosamente que incluir o estudo da “dimensão subjectiva”, ou seja, o pensamento social² sobre o político.

Este segundo nível - o do modo como os actores sociais, condicionados pelo contexto social em que se encontram inseridos, vêem a política, e a si próprios face a ela - tem até à data recebido uma atenção bastante reduzida, no fundo apenas fragmentária e metodologicamente em geral pouco adequada, nos trabalhos sobre a África Subsaariana, e em especial sobre a África Lusófona. Um esforço destinado a captar as dinâmicas complexas e muitas vezes contraditórias que caracterizam as recomposições políticas

¹ Esboço preliminar de uma comunicação a ser apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004.

² Retoma-se aqui, aplicado ao campo específico do político, o conceito de “*social thinking*”, cunhado pela psicologia social cognitiva. Veja Tajfel 1984, Farr & Moscovici 1984, Flick 1998, Vala & Monteiro 2004.

actualmente em curso nos países africanos de língua portuguesa³, terá assim que incluir a dimensão do pensamento social, a título de vertente constitutiva.

É nesta perspectiva que se situa a investigação cujos resultados aqui se resumem de forma provisória e sintética. A intenção da pesquisa é a de captar algumas das características mais salientes da maneira como, na presente conjuntura histórica de Angola e Moçambique, as populações urbanas destes dois países “pensam” e “sentem” o político.

De maneira um tanto esquemática, podem distinguir-se as seguintes dimensões do pensamento social sobre o político⁴:

- A dimensão que via de regra mais destaque recebe é a cognitiva, ou seja, a que remete para fenómenos diversamente designados como cognições sociais, como representações sociais, como crenças ou, quando contêm elementos de causalidade, como explicações. Estes fenómenos devem ser concebidos como resultados de processos (sempre sociais, porque condicionados pelo tecido social onde o indivíduo se encontra inserido) de uma produção de sentido, e não como uma apropriação (concebida como passiva e individual) de “realidades objectivas” (ou “dadas”).
- A dimensão avaliativa abrange não apenas o conjunto dos valores considerados como relevantes para a esfera do político (os “valores políticos”), mas também a avaliação, à luz destes valores, de estruturas, processos e actores presentes na mesma esfera.
- A dimensão afectiva foca as cargas emocionais que aparecem associadas às cognições sociais, mas com especial intensidade aos valores e avaliações. É esta a dimensão que redundava nas atitudes - em sentido estrito - face ao político⁵.
- Finalmente, a dimensão conativa corresponde aos “esquemas de acção”, ou seja, a comportamentos fixos (“estereotipados”), por assim dizer guardados como programas na *software* da pessoa, e que são desencadeados como reflexos por determinadas situações.

Importa sublinhar que estamos aqui longe das “opiniões” circunstanciais / situacionais, recolhidas p.ex pelas sondagens de opinião. Idealtipicamente encontramos face a vertentes duráveis, complexas e coerentes do pensamento social sobre o político - e é às constelações (*patterns*) sedimentadas de vertentes duráveis do pensamento social sobre o político que reservamos o termo de “culturas políticas”. Convém sublinhar que as culturas políticas, assim entendidas, são naturalmente sujeitas a mudanças, a longo prazo ou em função de acontecimentos marcantes, e que estes processos de constituição, desagregação e recomposição podem implicar fases de menor sedimentação, consistência e complexidade.

³ O presente estudo foi elaborado no quadro de um projecto com exactamente este título, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordenado por Franz-Wilhelm Heimer e realizado no quadro do Centro de Estudos Africanos – ISCTE de Lisboa.

⁴ Veja Heimer *et alii* 1990.

⁵ Num sentido menos estrito, o termo “atitudes” é utilizado por certos autores em relação às quatro dimensões, falando-se por conseguinte em “atitudes cognitivas”, “atitudes avaliativas”, “atitudes afectivas” e “atitudes conativas”. Veja p.ex. Chaiken & Eagly 1993. No presente estudo, não é porém este o uso terminológico adoptado.

Nesta perspectiva, a investigação em que se baseia o presente estudo constitui uma tentativa de verificar até que ponto há na fase actual, em Angola e Moçambique, estruturas desta natureza. Uma vez que, nos dois países, a problemática analítica atrás equacionada não tem até hoje sido objecto da investigações científicas⁶, os autores optaram por um procedimento metodológico particularmente cuidadoso⁷.

Como é óbvio, os resultados obtidos devem ser lidos contra o pano de fundo das trajectórias de ambos os países: delimitação geográfica e concomitante gestação (até hoje inacabada) de formações sociais territoriais, em condições de ocupação colonial portuguesa; um período pós-colonial caracterizado por uma tentativa de implementação de uma utopia socialista, inspirada pelos princípios do chamado centralismo democrático e da economia centralmente planificada, e em simultâneo guerras civis com fortes envolvimento internacionais; desde há mais de uma década, uma transição para um sistema político multipartidário e para uma economia de mercado, acompanhado por complexos processos de recomposição social; existência, na fase actual, de uma dinâmica política caracterizada, com diferenças de grau entre Angola e Moçambique, pelo predomínio do segmento social dos detentores do poder (e agregados) e a impotência da maioria da população⁸.

Convém começar por referir os resultados da inicial fase preparatória dos trabalhos que determinaram a fase principal da investigação.

Constituiu uma certa surpresa o facto de, no discurso livre dos entrevistados, a dimensão globalmente mais saliente não ter sido a cognitiva, mas a avaliativa, com destaque para os valores políticos de fundo. Outra surpresa foi a descoberta de que, no domínio dos valores, o pensamento social dos entrevistados é bastante mais diferenciado do que o habitualmente registado na literatura internacional sobre cultura política⁹.

É certo que os quatro valores “clássicos” aparecem sempre e com bastante relevo: tanto o célebre binómio “liberdade & igualdade” (ou “liberdade vs. igualdade”), como o “par” complementar “participação & bem-estar”. Em todos os quatro casos, registam-se discursos

⁶ A única - e importante - excepção parece ser Ribeiro 2000, podendo ainda referir-se Carvalho 2003.

⁷ A primeira fase da investigação consistiu em cerca de 90 entrevistas abertas de carácter exploratório, realizadas em Luanda e Maputo por Franz-Wilhelm Heimer e Elisete Marques da Silva, de Julho a Setembro de 2001; veja Heimer & Silva 2002 que em parte é retomado no presente texto. De Julho a Setembro de 2003 e em Março de 2004, os três autores realizaram, separadamente ou em conjunto, cerca de 100 entrevistas individuais semi-estruturadas nas cidades angolanas de Luanda, Lubango e as moçambicanas de Maputo, Nampula, Beira e Tete; nas mesmas cidades foram realizadas 15 entrevistas de grupo. As entrevistas individuais foram no essencial realizadas com pessoas provenientes dos estratos médios residentes na parte central da respectiva cidade, as entrevistas de grupo na sua maioria com pessoas dos estratos baixos, residentes nas periferias urbanas. A título complementar foi executada, por inquiridores angolanos respectivamente moçambicanos, um pequeno inquérito por amostragem, de um total de 734 inquiridos, nas mesmas cidades - exceptuando Beira - bem como na cidade de Sumbe. Em virtude da sua dimensão limitada, a amostra não corresponde, obviamente, a critérios rigorosos de representatividade, mas a sua constituição cuidadosa justifica uma utilização dos dados obtidos como aproximação válida.

⁸ Veja a análise mais diferenciada em Heimer 2004.

⁹ Veja a extensa bibliografia indicada em Heimer *et alii* 1990. No fundo, a literatura continua, a este respeito, no essencial tributária das obras pioneiras dos cientistas políticos americanos Gabriel Almond e Sidney Verba. Veja Almond & Verba 1963 e 1992.

e conotações de natureza individualista, correspondentes aos consagrados na literatura. Com alguma frequência aparecem, porém, também versões de índole “comunitária”, especialmente entre os entrevistados moçambicanos: liberdade de auto-regulação de comunidades rurais, igualdade entre diferentes segmentos sociais, participação de determinados grupos sociais, bem estar de tecidos sociais específicos.

Para além destes quatro valores identificaram-se entretanto toda uma série de outros, em particular:

- O valor da segurança, com as facetas da ausência de conflitos militares e da criminalidade violenta (especialmente urbana).
- O valor da existência de um objectivo (rumo, projecto, utopia) da sociedade no seu conjunto - às vezes apresentado em termos de necessidade (sócio-) psicológica, às vezes em termos de dignidade “nacional”.
- O valor da solidariedade, como oposto ao princípio da concorrência de interesses individuais e grupais.
- O valor da existência / observância de regras claras para a interacção entre os actores sociais a nível político.
- O valor da boa governação, ou seja, o de uma gestão transparente e honesta pelo Estado.

Talvez devido à técnica utilizada, que privilegiou o discurso livre e espontâneo dos entrevistados, afigura-se algo difícil operar nos elementos recolhidos uma distinção nítida entre as cognições e as avaliações relativas ao político vivido pelas pessoas. Via de regra, é o aspecto avaliativo - muitas vezes associado a conotações afectivas - que sobressai, parecendo com alguma frequência haver menos uma “informação” das avaliações pelas cognições, e mais um condicionamento das cognições pelas dimensões avaliativa e afectiva.

A imagem básica da esfera do político que ressalta da maior parte das entrevistas vai no sentido de esta esfera caracterizar-se na fase actual, fundamentalmente, não por uma lógica institucional, mas uma lógica de relações sociais em torno do poder. Portanto, uma representação social distante dos estruturalismos de todas as obediências, e próxima de perspectivas semelhantes às esboçadas por Foucault.

Em relação ao domínio da política “nacional”, há três tipos de cognições sociais que se destacam.

- Os sistemas políticos vigentes são vistos, em ambos os países, como autoritários e repressivos, situando-se nestes termos numa linha de continuidade que teve o seu início no Estado colonial. Neste contexto, surge com alguma frequência - geralmente com uma visível carga emocional - a noção de que, no período a seguir às independências, foi anunciada, e até certo ponto praticada, uma ruptura com estas características “herdadas”.

- É percebida como característica constitutiva da lógica política instaurada no decorrer dos anos 90 aquela que normalmente é rotulada de “corrupção”, e que no pensamento dos entrevistados se assemelha bastante ao modelo da “desordem” esboçado por Chabal & Daloz¹⁰. Esta representação social está estreitamente associada à imagem da política como relacional, atrás referida¹¹.
- Os detentores do poder político aparecem, praticamente sem excepção, em termos de uma alteridade bastante radical, excluídos das identidades sociais onde os entrevistados se consideram enquadrados¹². O conteúdo deste tipo de representações sociais varia consideravelmente. Enquanto não raramente se recorre à imagem redutora e personalizada do “chefe”, encontra-se com frequência sensivelmente igual a representação de um “eles” colectivo e difuso. Cognições algo menos simplificadoras remetem para “os políticos”, que por vezes aparecem numa espécie de associação constitutiva com os empresários (ou seja, os detentores do poder económico). Para outros, o detentor do poder é (continua a ser) uma amálgama entre o Estado e o partido político no poder, em ambos os casos o mesmo que dominava o anterior sistema monopartidário. Apenas os entrevistados pertencentes às “elites” articularam neste domínio percepções analiticamente diferenciadas¹³.
- Qualquer que seja a percepção de quem são os detentores do poder político, uma representação social largamente difundida entre os entrevistados é a de que, a todos os níveis, se constata uma gestão no mínimo deficiente, e em geral francamente má, dos interesses públicos. Esta cognição é frequentemente ligada à de uma ausência, a nível dos detentores do poder, de perspectivas e políticas a maior prazo, e de uma concentração sobre questões imediatas e pontuais¹⁴.

Embora a investigação sobre o pensamento social relativo ao político parta habitualmente da hipótese teórica de que as cognições, os valores e as atitudes afectivas/avaliativas se condicionam mutuamente, a pesquisa aqui apresentada parece apontar mais no sentido de estas últimas serem - de acordo com uma lógica quase dedutiva - predominantemente “produzidas” pelas primeiras duas dimensões. Sendo importante salientar que as reacções

¹⁰ Ver Chabal & Daloz 1999.

¹¹ Convém precisar que o mero facto de um determinado político utilizar o seu poder para beneficiar a sua família tem para muitos entrevistados uma conotação positiva, na medida em que consideram como actos de elementar solidariedade e responsabilidade que uma pessoa em situação confortável apoie a família. O que é rejeitado é que um dado segmento social utilize o seu poder para imprimir a toda a esfera do político uma lógica contrária ao interesse da sociedade global. A coexistência destas duas linhas de pensamento resulta algumas vezes numa visível ambiguidade.

¹² Esta cognição é na maioria dos casos acompanhada pela crença de que os detentores do poder desconhecem a realidade da restante população, e não a querem conhecer ou não a conseguem compreender.

¹³ É preciso assinalar que os elementos recolhidos são relativamente omissos no capítulo das cognições relativas aos níveis regional e local do poder político, não permitindo descrições/categorizações como as acima esboçadas para o nível nacional.

¹⁴ Os únicos detentores de poder que “escapam” a esta percepção são aparentemente algumas das “autoridades tradicionais”, especialmente em Moçambique, na medida em que se lhes atribui com certa frequência uma (certa) capacidade de liderar esforços de auto-regulação das respectivas sociedades rurais.

dos entrevistados sugerem a utilidade de distinguir entre dois tipos de atitudes face ao político.

Um nível é o das atitudes emotivas de fundo. Na Angola do ano 2001, constata-se a este nível uma atitude inequívoca de profundo e omnipresente medo, patente ou latente. Em Moçambique, parecia não haver um denominador único desta natureza: embora o medo estivesse também presente, apareciam ao mesmo tempo sentimentos como a ansiedade e a irritação.

Outro nível é o das atitudes que se situam já na proximidade imediata das práticas políticas dos indivíduos. Algo inesperadamente, o leque de atitudes registadas a este nível enquadra-se perfeitamente na célebre tricotomia formulada por Albert Hirschman: “*loyalty*”, “*exit*” e “*voice*”¹⁵.

- Atitudes de “*loyalty*”, ou seja de aceitação global da realidade política, praticamente não se encontraram¹⁶. Em contrapartida, esta atitude foi manifestada por alguns em relação a dadas forças políticas, melhor dito, aos projectos (utopias societais, defesa de valores políticos e interesses sociais) imputados por estes entrevistados às forças em questão.
- As atitudes de longe dominantes eram de “*voice*”, ou seja, de contestação da realidade política efectiva (e por vezes do sistema político formal), com destaque para os detentores do poder político (e por vezes das forças que se oferecem como alternativas a estes). Nesta categoria, as atitudes iam da rejeição total até a exigências, formuladas em termos genéricos ou concretos, de transformação da realidade contestada.
- Finalmente, houve numerosas manifestações de uma atitude de “*exit*”, de recusa explícita ou implícita tanto da adesão quanto da contestação, indo as variações desde a vontade de sair do país até às mais diversas formas de “imigração interna” ou de “desconexão”¹⁷.

Toda a gama atrás exposta de valores, cognições e atitudes encontrou-se tanto em Angola quanto em Moçambique, ficando patente que em ambos os países existem constelações tão diversas - correspondentes à pluralidade de “mundos”¹⁸ que coexistem e se interpenetram

¹⁵ Veja Hirschman 1970. Albert O. Hirschman, *Exit, voice, and loyalty: Responses to decline in firms, organizations, and states*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970

¹⁶ Na expressão de entrevistados tanto angolanos como moçambicanos, a atitude de “cidadania”, bastante difundida nos primeiros anos pós-coloniais, quase já não se encontraria, especialmente nas camadas mais jovens da população.

¹⁷ Algumas seitas, cristãs ou sincréticas, fornecem aos seus fiéis argumentos religiosos para uma atitude de “*exit*”: o mundo é intrinsecamente mau, e “a política” ainda mais do que outras esferas. – Um número aparentemente significativo de comunidades rurais parecem considerar como a sua melhor opção a de manter-se à distância do Estado e de toda a política “nacional”.

¹⁸ Metáfora usada por Mia Couto, na entrevista realizada com este escritor, em Maputo. Convém salientar que estes “mundos” são vistos como simultaneamente separados e imbricados, havendo entre eles um grande desconhecimento mútuo, acompanhado por desconfianças e medos. Para captar os seus contornos, não será suficiente recorrer apenas às “clássicas” distinções sociológicas, mas haverá que avançar num campo até à

nas respectivas formações sociais territoriais - que não é possível falar num pensamento social abrangente (e muito menos uniforme).

Ficou também patente que as manifestações recolhidas na fase preparatória não permitem uma conclusão clara em relação à dúvida, que não é apenas metodológica, de saber se, ou até que ponto, os modos de pensar e sentir o político estão, na conjuntura histórica que ambos os países vivem neste momento, constituídos de forma sedimentada, constituindo “*patterns*” de cultura política identificáveis e relativamente estáveis, ou se estamos na presença, também neste domínio, de processos de recomposição caracterizados por uma grande fluidez - análogos aos que se constataam nas estruturas dos tecidos sociais nas práticas das pessoas e dos grupos.

Foi este conjunto de elementos que determinou o “roteiro” para a fase principal da investigação.

- Tanto nas entrevistas como no inquérito o acento foi posto nos valores, distinguindo-se quatro passos: a importância atribuída a cada um dos valores acima listados, a avaliação da medida em que cada valor foi respeitado na Iª República, a avaliação da medida em que cada valor foi respeitado na IIª República, a expectativa relativa à medida em que cada valor será respeitado no futuro previsível. A intenção foi a de, por esta via, captar não apenas valores e avaliações, mas também representações sociais (cognições / explicações) relativamente ao político pós-colonial vivido - no caso do inquérito apenas por inferência, mas no caso das entrevistas a través de verbalizações explícitas, desencadeadas pelas perguntas relativas ao respeito dos valores políticos. Prescindiuiu-se de uma abordagem frontal da dimensão cognitiva que muito provavelmente teria tido um efeito inibitivo.
- Embora a abordagem pelos valores já permitisse conclusões sobre as atitudes relativas ao político pós-colonial, estas foram de forma expressa o objecto de um passo distinto onde se tratou de as captar em termos da tricotomia de Hirschman.
- Para estabelecer eventuais diferenças no pensamento social, registaram-se - no inquérito de forma mais sistemática do que nas entrevistas - as características sociográficas das pessoas (género, idade, escolarização, profissão, etnia, religião, origem rural-urbana) bem como, de maneira tentativa, algumas das suas identidades sociais.

Os resultados mais importantes desta fase principal da investigação podem resumir-se esquematicamente nos pontos seguintes¹⁹:

data pouco explorado em estudos africanos, a saber o das identidades sociais que - longe de constituírem características grupais “objectivas” e fixas - são como as culturas políticas do domínio do pensamento social, e interagem intensamente com estas¹⁸. Veja Heimer 1988 e Florêncio 2002.

¹⁹ O material extraordinariamente rico será exposto de forma mais detalhada não apenas na versão final da presente comunicação, mas sobre tudo em dois trabalhos de maior envergadura.

- Devido à selecção dos entrevistados / inquiridos e à metodologia seguida, as manifestações de pensamento social recolhidas referem-se quase exclusivamente ao espaço político abrangente (“nacional”)²⁰.
- As pessoas aderem de forma relativamente indiferenciada ao conjunto dos valores políticos surgidos na fase preparatória²¹. Há geralmente uma saliência algo maior dos valores do bem-estar, da segurança e da solidariedade. Na maior parte dos casos, a “clássica” escolha entre liberdade e igualdade é recusada, do mesmo modo como a escolha entre participação e boa governação - em ambos os casos com o argumento de que cada um destes valores pressupõe o respectivo outro. Apenas em parte das pessoas com escolaridade secundária ou superior surgem tendências comparáveis às grandes opções ideológicas tradicionalmente existentes na Europa: uma “esquerda” que prefere igualdade & participação, e uma “direita” neoliberal - tecnocrata que opta por liberdade & boa governação²².
- A avaliação das Iª e IIª Repúblicas, em termos de valores postos em prática, é muito predominantemente negativa, com “notas” geralmente algo mais baixas para a IIª República²³. Na memória das pessoas, havia na Iª República não apenas mais igualdade, segurança e solidariedade do que na IIª República, mas também um maior bem-estar material²⁴, um melhor funcionamento da política segundo regras claras e um rumo mais definido para o país²⁵. Em contrapartida, a IIª República “vence” apenas com respeito à liberdade, e no tocante à participação a avaliação global situa-se ao nível da Iª República: reconhece-se que hoje há uma participação importante pela via das eleições, mas - especialmente nos estratos baixos - existe em boa parte a representação social que os mecanismos locais instaurados pelos partidos únicos permitiam às pessoas

²⁰ Nas cidades de Luanda e Maputo registaram-se reacções no sentido de não ter cabimento distinguir o espaço político local do nacional. Nas cidades do Lubango e de Nampula apontou-se para a existência de um espaço político local / regional com características próprias, mas sem disponibilidade para aprofundar o assunto.

²¹ No inquérito, a sequência foi igualdade das pessoas, liberdade das pessoas, participação das pessoas nos processos político, bem-estar das pessoas, segurança das pessoas e do país. Boa governação do país, solidariedade entre as pessoas, regras claras para o funcionamento do país. Rumo definido para o país. As médias variam entre 2.45 e 2.82, numa escala de 3. A nível bi-variável, não há qualquer conexão significativa, de sinal positivo ou negativo.

²² Uma análise factorial por componentes principais dos resultados do inquérito “desmente” de certo modo esta polarização, ressaltando com toda a nitidez a existência de dois factores (61% de variância explicada, rotação Variamax com Normalização Kaiser, 3 iterações): o mais importante agrega participação, boa governação, regras claras e rumo definido, o segundo igualdade, liberdade bem-estar, segurança e solidariedade.

²³ No inquérito, as médias variam entre 1.76 e 2.49 para a Iª República, e entre 1.68 e 2.26 na IIª República.

²⁴ Aqui prevalece a experiência (representação social) dos estratos baixos que constituem a maioria: durante o socialismo havia poucos bens, mas meios de os adquirir, enquanto agora os bens de consumo abundam, mas não há meios para os comprar.

²⁵ A análise factorial das variáveis referidas à Iª República distingue também dois factores (59% de variância explicada, 3 iterações): o primeiro reflecte a avaliação positiva de todos os valores menos liberdade e participação, a segunda a negativa destes dois valores.

comuns fazer-se ouvir melhor²⁶. Como era de esperar, os comentários registados nas entrevistas, em torno destes pontos, retomaram, confirmaram e acentuaram ainda mais todas as cognições e avaliações negativas da actual “dinâmica política”, já surgidas na fase preparatória, e que será desnecessário recapitular aqui. Convém acrescentar que em boa parte dos entrevistados pertencentes a estratos urbanos baixos, estas manifestações tiveram uma considerável carga emocional. E no caso de Angola é preciso ressaltar com grande destaque o facto de que praticamente todos os entrevistados consideraram que a lógica do regime político não tinha, e nível das práticas como das mentalidades, sofrido inflexões muito reduzidas e nenhuma ruptura.

- Ainda em termos da implementação de valores, as expectativas em relação ao futuro previsível são pouco claras. No inquérito reflecte-se um *wishful thinking* indiferenciado e não um prognóstico ponderado²⁷, e nas entrevistas uma maioria das pessoas manifestou um inequívoco pessimismo quanto a melhorias em relação à situação presente. A interpretação dos autores vai no sentido de que reina uma grande incerteza em relação aos rumos políticos que os dois países vão tomar nos próximos anos.
- Convém salientar que, embora não haja praticamente conexões bivariáveis significativas, nem no seio de cada conjunto de variáveis nem entre os quatro conjuntos, a análise factorial da soma dos quatro conjuntos põe a descoberto um facto que os autores registam sem por ora poder oferecer uma tentativa de explicação: cada um dos conjuntos constitui um factor à parte, o que parece impor a interpretação de que as pessoas responderam em quatro “registos de pensamento” diferentes²⁸.
- As atitudes face aos dois sistemas políticos vividos na fase pós-colonial reflectem-se da maneira seguinte nas respostas ao inquérito:

	Iª República	IIª República
Concorda(va) e apoia(va)	32.4%	26.5%
Não participa(va) e mantinha(mantém)-se à distância	65.4%	64.8%
Era (é) contra e opunha(opõe)-se	2.0%	8.8%

Estes números ganham bastante em importância desde que se tem em consideração as muito acentuadas mudanças de atitude que estão na sua base²⁹ - as quais constituem

²⁶ A este respeito, há porém diferenças significativas entre, p.ex., uma avaliação mais positiva em Maputo e uma mais negativa em Nampula. – Pode aqui referir-se que a análise factorial conduz à distinção de dois factores que constituem o inverso exacto dos obtidos para a Iª República.

²⁷ Médias entre 2.29 e 2.63. A análise factorial evidencia que todas as variáveis constituem um único factor (componente).

²⁸ 52% de variância explicada, 6 iterações. A sequência dos factores, em termos da parcela de variância explicada, segue a ordem em que os pontos foram introduzidos.

²⁹ A tabela de contingência das duas variáveis acusa um coeficiente de contingência de .4, a um nível de significância de .000. Das pessoas que concordavam com a Iª República, 52.0% também concordam com a IIª República, enquanto 31.6% passaram para uma atitude de abstenção e 16.4% a uma de rejeição; dos que se mantinham à distância durante a Iª República, 78.2% mantêm a abstenção na IIª, mas 17.9% a apoiam e 3.9%

uma ilustração eloquente da complexidade e não linearidade dos processos de recomposição em curso nos dois países. Desnecessário será dizer que a mesma complexidade e não linearidade apareceu, de forma naturalmente mais diferenciada, no conjunto das entrevistas, onde por sinal as rejeições da IIª República eram bastante mais frequentes³⁰.

- Nestes mesmos termos, as atitudes face ao processo em curso³¹ e o seu desenrolar esperado no futuro previsível acusam uma distribuição quase idêntica à relativa à IIª República³². O que ressalta tanto no inquérito³³ como, ainda mais claramente, nas entrevistas é que uma clara maioria assume uma atitude de distanciamento e passividade, provocada por uma profunda desilusão e descrença. No entanto, uma minoria relativamente forte dispõe-se a um “engajamento” orientado pelos valores políticos professados, e na sua maioria numa perspectiva de mudança a prazo da “dinâmica política” actual³⁴. Uma minoria significativa, mas bastante reduzida, toma uma atitude de rejeição / oposição radical, sem que ficasse claro como a pretende traduzir numa prática³⁵.

Esta enumeração dos resultados da investigação empreendida permitem visualizar tanto o seu alcance quanto às suas limitações, fornecendo inclusive “pistas” a serem seguidas e aspectos a serem aprofundados por trabalhos futuros³⁶. Uma conclusão importante que parece impor é a de que no momento presente não se pode falar, no caso das populações

a rejeitam; dos que rejeitavam a Iª República, 27.3% também rejeitam a IIª, enquanto 18.2% a apoiam e 54.5% passaram para uma atitude de abstenção. NB: Os inquiridos que, na altura da Iª República, ainda não eram adultos foram considerados como omissos, nesta tabela.

³⁰ Parece lícito supor que, em situação de inquérito, muitas pessoas esconderam a sua rejeição atrás da resposta menos comprometedora da abstenção.

³¹ Convém recordar que, na altura do inquérito e das entrevistas, a guerra em Angola havia terminado pouco mais de um ano antes, estando em princípio criadas as condições para mudanças importantes. Em Moçambique vivia-se no momento do inquérito na véspera das primeiras eleições autárquicas (selectivas), enquanto a maior parte das entrevistas se realizou depois destas eleições, e com os olhos postos nas eleições legislativas de fins de 2004.

³² Esta semelhança esconde porém uma medida significativa de “movimentos” entre as atitudes face à IIª República e face ao futuro. A tabela de contingência das duas variáveis (CC = .49, sig. .000) revela que 1/3 dos apoiantes da IIª República assume em relação ao futuro uma atitude de abstenção e mesmo oposição; os “abstencionistas” face à IIª República mantêm em 83% dos casos a sua atitude de distanciamento, passando apenas 15% para uma concordância e 3% para a oposição; dos que rejeitam a IIª República, apenas 18% mantêm esta atitude em relação ao futuro, enquanto 63% mudam para uma atitude de abstenção e 20% para uma atitude de apoio!

³³ 29.5% apoiam, 64.5% abstêm-se, 6.0% opõem-se.

³⁴ Alguns propõem-se militar em partidos políticos, muitos na sua esfera profissional, muitos também no quadro de uma formação política organizada por igrejas e ONGs, outros ainda no quadro de projectos diversos de desenvolvimento. Nas entrevistas ficou claro que, frequentemente, não se tratava aqui de disposições conativas, mas de intenções de continuar e desenvolver práticas já iniciadas.

³⁵ Embora tenha havido nas entrevistas pontuais manifestações do tipo “Isto só muda à catanada!”, uma real disposição para a violência parece ser o facto de apenas uma franja ínfima.

³⁶ Dois dos autores, Elisete Marques da Silva e Gabriel Mithá Ribeiro, encontram-se entretanto a preparar dissertações de doutoramento destinadas a captar o pensamento social sobre o político em populações circunscritas, respectivamente os estudantes universitários de Luanda e os habitantes da cidade de Tete. Pode referir-se que António Guebe iniciou entretanto uma pesquisa neste domínio, sobre a população rural da região do Cubal /Angola, e Cornélio Caley sobre a população rural do Bailundo/Angola, ambos na preparação de dissertações, respectivamente, de mestrado e de doutoramento.

urbanas de Angola e Moçambique, de culturas políticas no sentido estrito. Com efeito, e bem para além dos elementos acima resumidos, foi encontrado um número considerável de indicadores que apontam em dois sentidos: por um lado, para uma grande escassez de conexões entre as diferentes dimensões do pensamento social sobre o político; por outro lado, para a pouca sedimentação - ou mesmo o forte carácter conjuntural - de ao menos parte destas dimensões³⁷. E parece desde já haver bases para afirmar que, a evoluir para constelações precisas e (relativamente) estáveis, o pensamento social sobre o político assumirá a forma de uma pluralidade de culturas políticas - pluralidade esta que será naturalmente bastante maior a partir do momento em que se considerar não apenas a população urbana, mas também a rural.

Para terminar, podemos acrescentar algumas observações sobre o condicionamento do pensamento social pelas inserções sociais das pessoas. Boa parte da literatura sobre o período pós-colonial nos dois países leva, geralmente de forma implícita, a procurar as explicações para as manifestações do pensamento social pelo recurso às diferenças sociais de vária ordem, nomeadamente as étnicas, regionais e religiosas bem como as de estratificação social. Ora, as análises do inquérito³⁸ mostram que, ao menos em termos globais³⁹, não existe praticamente nenhuma conexão significativa entre as “variáveis independentes” de índole “sociográfica” (género, idade, rendimento, escolaridade, profissão, religião, origem rural-urbana) e os valores, avaliações e atitudes registadas, e as poucas verificadas são extremamente fracas⁴⁰ e aparentam uma carácter aleatório. Em contrapartida, a variável “língua materna”, que serve como indicador de origens étnicas, inserções regionais e graus de urbanização⁴¹, acusa conexões significativas, embora baixas⁴², com os valores, avaliações e atitudes. Estas são por definição não lineares⁴³, não constituem uma base segura para interpretações globais e exigem pesquisas concentradas sobre este aspecto e, provavelmente, separadamente sobre diferentes grupos. As diferenças relativamente maiores aparecem entre as seis cidades⁴⁴; sendo obviamente também não lineares, exigem interpretações caso a caso. A título de ilustração, indicam-se aqui, por cidade, as percentagens das pessoas que consideraram que a IIª República respeitava “muito” (em vez de “nada” e “pouco”) os valores da igualdade e da liberdade⁴⁵:

	Igualdade	Liberdade
Luanda	10.4%	17.4%

³⁷ Estas constatações referem-se, naturalmente, à população investigada na sua globalidade, sendo provavelmente menos válidas para determinados segmentos minoritários.

³⁸ As entrevistas fornecem a este respeito informações pouco sistemáticas e precisas.

³⁹ A dimensão limitada da amostra não permite, evidentemente, análises por cidade.

⁴⁰ $r < .2$.

⁴¹ Salienta-se que 31.2% % indicaram o português como língua materna (43.8% em Angola, 17.6% em Moçambique). NB: Entre as pessoas inquiridas, não houve ninguém que não tivesse ao menos um *working knowledge* do português.

⁴² O CC varia entre .17 e .42, mas é geralmente inferior a .3.

⁴³ A variável “língua materna” é, naturalmente, de natureza nominal.

⁴⁴ O CC varia entre .25 e .50, sendo geralmente superior a .35.

⁴⁵ Os CC das respectivas tabelas de contingência são .50 e .49, com significância .000.

Lubango	8.1%	12.2%
Sumbe	53.3%	53.3%
Maputo	4.4%	60.0%
Nampula	11.7%	40.4%
Tete	26.7%	96.7%

Pode, finalmente, chamar-se a atenção para as diferenças entre Angola e Moçambique, reveladas pelo inquérito. Em relação a valores, avaliações e atitudes, estas são quase sempre significativas, mas bastante menos expressivas do que as imagens correntes o poderiam fazer supor. No caso da adesão aos valores políticos, as diferenças são apenas tangenciais e, dada a dimensão limitada da amostra, não constituem uma base para interpretações⁴⁶. Em contrapartida, registam-se diferenças mais nítidas na avaliação do respeito por estes valores nas Iª e IIª Repúblicas bem como nas expectativas quanto ao futuro:

- A avaliação da Iª República é globalmente algo mais positiva em Moçambique do que em Angola. Esta tendência é nítida nos casos da igualdade, da segurança, da solidariedade e da existência de um rumo para o país. Nos casos da participação, da boa governação e da existência de regras claras, as estatísticas globais apontam para a mesma tendência, mas escondem uma clara polarização: enquanto a avaliação de uma maioria relativa dos moçambicanos é positiva, uma forte minoria é de uma opinião diametralmente oposta, e as entrevistas sugerem que se reflectem aqui diferenças nítidas entre regiões, no tocante às práticas da Iª República. Uma avaliação mais positiva por parte dos angolanos verifica-se apenas no caso da liberdade, e não há diferença significativa no caso do bem-estar.
- Nas avaliações da IIª República, o quadro é bem menos nítido. Em Angola, são tangencialmente mais positivas - ou menos negativas - para a igualdade, o bem-estar, a segurança e a solidariedade. Em Moçambique, são nitidamente mais positivas em relação à liberdade, à participação e à existência de um rumo para o país, e tangencialmente mais positivas quanto à boa governação. Não há diferença quanto à (in) existência de regras claras para o funcionamento do país.
- Bem outra é a situação no domínio das expectativas quanto à implementação dos valores políticos no futuro: estas expectativas são significativamente mais altas em Angola, exceptuando os casos da liberdade e da existência de um rumo para o país, nos quais não há diferença entre Angola e Moçambique.

A estas reacções diferenciadas não correspondem, porém, as atitudes globais assumidas pelos inquiridos: o apoio às Iª e IIª Repúblicas aparece aqui ligeiramente mais forte em Angola, enquanto não há diferenças significativas nas atitudes face ao futuro. Um re-exame dos resultados das entrevistas fornecerá sem dúvida elementos capazes não apenas de

⁴⁶ A adesão à igualdade, ao bem-estar e à segurança é muito ligeiramente mais acentuada em Moçambique, a adesão à participação, à boa governação, à solidariedade e à existência de regras claras mais em Angola. Não há diferenças quanto à liberdade nem à existência de um rumo para o país.

elucidar esta aparente contradição, como o conjunto das diferenças (ou faltas de diferença) registadas pelo inquirido.

Bibliografia

Almond, Gabriel & Sidney Verba (1963), *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

Almond, Gabriel & Sidney Verba (1992) “La Cultura Política”, in: AAVV., *Diez textos básicos de ciencia política*, Barcelona: Ariel, pp. 171-201.

Carvalho, Arlindo Afonso de (2003), “Aspectos da cultura política dos são-tomenses”, manuscrito não publicado.

Chabal, Patrick & Jean-Pascal Daloz (1999), *Africa Works: Disorder as political instrument*, Londres & Bloomington: James Currey & Indiana University Press.

Chaiken, Shelly & Alice Eagle (1993), *The psychology of attitudes*, Harcourt Brace College Publishers.

Farr, Richard & Serge Moscovici (1984), *Social Representations*, Cambridge: Cambridge University Press.

Flick, Uwe (1998) (org.), *The Psychology of the Social*, Cambridge: Cambridge University Press

Florêncio, Fernando (2002), “Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, pp. 39-54.

Heimer, Franz-Wilhelm (1998), “Staatenwerdung und soziale Identität im portugiesischsprachigen Afrika”, in: M. Kuder (org.), *Zivilisation, Sprache und Literatur der afrikanischen Staaten portugiesischer Sprache*, Bona: DASP.

Heimer, Franz-Wilhelm, & Jorge Vala e José Manuel Leite Viegas (1990), “Cultura política: Uma leitura interdisciplinar”, *Sociologia: Problemas e práticas*, 8, pp. 9-28.

Heimer, Franz-Wilhelm & Elisete Marques da Silva (2002), “Culturas políticas em Angola e Moçambique: Elementos para uma agenda de investigação”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, pp. 27-37

Heimer, Franz-Wilhelm (2004), “Dinâmicas políticas dos países africanos de língua portuguesa”, comunicação a ser apresentada no mesmo congresso.

Hirschman, Albert O. (1970), *Exit, voice, and loyalty: Responses to decline in firms, organizations, and states*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Ribeiro, Gabriel Sérgio Mithá (2000), *As representações sociais dos moçambicanos, do passado colonial à democratização: Esboço de uma cultura política*, Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa.

Tajfel, Henri (1984), *The social dimension*, Cambridge: Cambridge University Press.

Vala, Jorge & Maria Benedicta Monteiro (2004) (orgs.), *Psicologia Social*, 6ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian